

“A Lenda Arrepiadora”

A partir da traição da mulher, Antônio Vicente Mendes Maciel começa a passar por outra grande transformação. Agora, tornar-se-ia “lenda”. O pressuposto básico é que o imbricamento entre mito e realidade passa, com força, a pautar a existência desse personagem, o que, conforme Euclides da Cunha, é comprovado pela “imaginação popular (...) começa a romancear-lhe a vida, com um traço vigoroso de originalidade trágica” (Cunha, 1984, p. 111).

Em outras palavras, Euclides da Cunha, em seu *constructo* da narrativa da “Lenda Arrepiadora”, valeu-se tanto do contexto histórico como também das informações contadas pelos sertanejos da região, esses, que a seu modo, superdimensionaram o fato histórico relativo a traição da mulher de Antônio Vicente Mendes Maciel originando, assim, a “lenda”, esta que corria de “boca em boca” no lugarejo.

Contava o povo sertanejo, ser Antônio Vicente Mendes Maciel um assassino: “Diziam-no assassino da esposa e da própria mãe” (Cunha, 1984, p.111). Essa idéia é crucial para um entendimento sociológico mais profundo dos motivos de uma renúncia do mundo: o povo sertanejo, ao criar a “lenda” em torno da tragédia ocorrida na vida de Antônio Vicente Mendes Maciel, ao personificá-la e, dessa forma, dando-lhe “realidade”, legitimaram Antônio Vicente Mendes Maciel como “profeta”, “conselheiro”, “líder messiânico” e protagonista da Guerra de Canudos, no qual ele se transformou após sua renúncia.

Num sentido preciso, a “lenda” resulta numa tentativa de legitimação histórica, pois ela pretende ser a história sem na verdade ser; ou melhor, sendo uma narrativa exagerada e extraordinária de certos eventos, na qual se salienta a desproporção e o excesso. Essa história lendária pode ser retrospectiva, como informa Lévi-Strauss (1976), fundando uma ordem tradicional num passado longínquo, ou prospectiva, para fazer do passado o começo de um futuro que se inicia. Conforme ressalta o filósofo Mircea Eliade (2000), sendo o mito a personificação de coisas ou de acontecimentos, ele expressa o supratemporal e permanente que valem para todos os tempos. A formação dos mitos obedece a

uma necessidade cultural, isto é, os mitos são também pressupostos ou axiomas culturais. Tudo o que o mito nomeia e tudo que é nomeado passa, então, a ser “real” – passa a dispor de uma identidade (Eliade, 2000, p. 76). Tanto Claude Lévi-Strauss (1976) quanto Mircea Eliade (2000), cada qual a seu modo, chamam a atenção para o aspecto fundacional, estrutural, universal, permanente e sobre-humano do mito nas sociedades humanas.

Com efeito, Antônio Vicente Mendes Maciel passa por uma experiência limite daquilo que seria humano na região na qual vive. Algo que vai além do fato histórico ou dos relatos tanto “reais” quanto ficcionais. Assim, sua vida junta-se à valorização do invisível, visto como realidade objetiva, e a predominância da imaginação popular como realidade de poder cognitivo. É, portanto dentro dessa chave, um viés ficcional que se filiará para chegar ao cerne da pesquisa, ou seja, dar conta da “saída do mundo” de Antônio Vicente Mendes Maciel. Reproduzindo *ipsi literi* o que Euclides da Cunha immortalizou denominando de a “Lenda Arrepiadora”:

“Era uma lenda arrepiadora:

Contavam que, a mãe, desadorando a nora, imaginava perdê-lo. Revelara, por isso, ao filho, que era traído; e como este, surpreso, lhe exigisse provas do delito, propôs apresentá-la sem tardança. Aconselhou-o que fantasiasse qualquer viagem, permanecendo, porém, nos arredores, porque veria, a noite, invadir-lhe o lar o sedutor que a desonrara. Aceito o alvitre, o infeliz cavalgando e afastando-se cerca de meia légua, torceu depois de rédeas, tornando furtivamente, por desfreqüentados desvios, para uma espera adrede escolhida, onde pudesse observar bem e agir de pronto. Ali ficou longas horas, até lobrigar, de fato, noite velha, um vulto aproximou-se da sua vivenda. Viu-o chegar cautelosamente a galgar uma das janelas. E não lhe deu tempo para entrar. Abateu-o com um tiro. Penetrou em seguida, de um salto, no lar e fulminou com outra descarga a esposa infiel, adormecida. Voltou, depois, para reconhecer o homem que matara... E viu com horror que era sua própria mãe, que se disfarçara daquele modo para a consecução do plano diabólico”.

Prossegue Euclides da Cunha:

“Fugira, então, na mesma hora, apavorado, doudo, abandonando tudo, ao acaso, pelos sertões em fora... (Cunha, 1984, p.111)”

A moldura da narrativa mostra que, entre os fatores de importância incontestável, está o plano diabólico que fora engendrado pela mãe de Antônio Vicente Mendes Maciel em armar a cena de adultério, levando-o a involuntária a assassinar as duas: a si própria, a autora maldita do trágico episódio que passa a ser descoberta como uma anti-mãe, e a esposa adúltera. Mas, a pergunta que se faz é o que teria levado a mãe a armar a cena para que o filho flagrasse sua mulher com outro homem? Porque, “desadorando a nora, tinha medo de perder o filho”, como diz Euclides da Cunha. (Cunha, 1984, p.111).

O que fica flagrante e arrepia na “lenda” é o fato da mãe, que ao armar a tal cena de adultério, explicita seu grande desejo de ficar com o próprio filho sem reparti-lo com outra mulher. Assim, o ponto que “arrepia” é que o desejo de ficar com o filho vem da própria mãe e não do filho com a mãe, como aquela configurada no que o psicanalista alemão Sigmund Freud (1969) chamou de “Complexo de Édipo”¹. Ou seja, é a mãe que, maldosamente, engendra toda a armação para que o filho flagrasse a mulher com outro homem e cujas consequências resultaram num crime hediondo e inclassificável.

Nota-se, neste episódio, uma mudança na posição social da mãe de Antônio Vicente Mendes Maciel. Essa mudança apresenta-se de uma maneira altamente dramática: a mãe, a “matriarca”, traveste-se: numa atitude engenhosa, disfarça-se de homem usando trajes de agente policial, os mesmos usados pelo sargento João da Matta, o amante de sua nora Brasilina; deita-se na cama do casal ao lado dela, armando, dessa forma, a “cena perfeita” de adultério, a qual acabou, como conta a “lenda”, num duplo assassinato. Diante deste comportamento, a mãe mostrou ser possuidora de um caráter autoritário e despótico em relação ao filho. Ao utilizar-se aqui do termo “matriarca”, que, no âmbito dos estudos antropológicos indica para uma figura de mulher e mãe que assume uma posição dominante exaltada e, mais do que isso, castradora em relação aos filhos – muito mais com os filhos homens do que na relação com as filhas, pode definir o que levou essa mãe, no meio rural sertanejo, a não querer perder o filho para outra mulher.

¹ Freud baseou-se na tragédia de Sófocles “Édipo Rei”, chamando de *Complexo de Édipo* à preferência velada do filho pela mãe. Na peça (e na mitologia grega), Édipo matou seu pai Laio e desposou a própria mãe, Jocasta. Após descobrir que Jocasta era sua mãe, Édipo fura os seus olhos e Jocasta comete o suicídio.

É importante notar que o revés trágico que desnorteou a vida de Antônio Vicente Mendes Maciel, levando-o à loucura, “doudo, abandonando tudo ao acaso” (Cunha, 1984, p.111), não se tratou simplesmente de um crime passionai — foi muito mais que isso: o que marca a situação e a torna ainda mais dramática é justamente o fato de que, ao assassinar a própria mãe, tal ato configura-se como uma ofensa impensável e não justificada, sobretudo numa sociedade como a brasileira, onde a família e os laços entre mãe e filho são considerados sagrados, comparáveis mesmo com os elos maternas de Maria com seu filho Jesus.

Pensando a sociedade brasileira, Roberto DaMatta (1997), coloca a família como a constitutiva do grupo social primeiro, onde se forjam razão e sentimento, se nutrem afetos e se desenham modelos, projetos e papéis sociais que irão engendrar o futuro. Nessa direção, em um diálogo com a dicotomia a “*casa e a rua*” (DaMatta, 1997), a abordagem do autor recai na importância da *casa* como base da constituição do ser social brasileiro. A casa é tratada como mais do que um espaço geográfico ou coisas comensuráveis. Ela é também uma entidade moral, uma esfera da ação social, províncias de positividade e domínios culturais institucionalizados, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens. A *casa* também representa o lugar no qual os seus membros se definem como indivíduos integrantes de um agrupamento social, “um referencial de pertencimento”. Por isso, a *casa* também é uma referência permanente para seus membros, pois se constitui em um bem simbólico coletivo, isto é, uma matriz simbólica na qual nasce a coletividade familiar. O meio familiar é como que um campo de provas onde se prepara o indivíduo para os embates da vida social. É o lugar onde são erguidas as identidades e também são traçados os laços das solidariedades (DaMatta, 1997).

É dentro desse espaço familiar que se pode observar uma intensidade no relacionamento entre mãe e filho que resulta em boas doses de determinação e drama. Ambos possuem um vínculo muito forte que transita por uma ampla gama de sentimentos e experiências que envolvem identificação, mas também ciúme, autonomia e possessividade. Há de se notar que o relacionamento entre mãe e filho parecer encerrar no mundo ocidental uma lógica de comprometimento mútuo, de cumplicidade, e — acima de tudo — de um paradigmático desprendimento, paralelo a generosidade e ao altruísmo.

A família “moderna” é considerada mais como uma família plural e aberta. Os relacionamentos afetivos, a amizade e a relação estabelecida entre pais e filhos passam a ser compreendidos por uma nova ótica, pensados a partir das intensas mudanças ocorridas nos últimos decênios, como a globalização, a derrubada de barreiras culturais e econômicas, etc., mudanças que redirecionam a chamada *célula-máter* da sociedade. Diante das modificações introduzidas pela modernidade, também a capacidade de ser “mãe” no sentido afetivo, angelical, virtuoso vê-se prejudicada por esta “nova” sociedade que a requisita como força de trabalho, trazendo-lhe preocupações e incertezas que ultrapassam o âmbito doméstico, inserindo-a numa subjetividade que cultua o individualismo, o sucesso profissional, dificultando o exercício de sua função maternal.

Retornando à “lenda”, um outro aspecto importante deve ser ressaltado: é que os fatos nela narrados, para além de serem de extrema crueldade, correspondem a papéis e comportamentos de uma moral condenada socialmente. Na visão determinista e racista de Euclides da Cunha, tais comportamentos seriam indícios de patologias como a “degenerência” e “tara hereditária”, características estas atribuídas à mestiçagem as quais resultariam inevitavelmente em desequilíbrio mental. Tais expressões expressavam uma verdade científica, partindo do conceito de “degenerência”, teoria que havia sido sistematizada pelo francês Benedict Morel, no seu livro “Tratado das Degenerências”, de 1857.

Ademais, Euclides da Cunha não estava sozinho nessas considerações. Também o médico e antropólogo Nina Rodrigues, baseado em tais teorias, dedicou-se a formular regras para a avaliação de indivíduos considerados mentalmente doentes; decidir quanto à sua imputabilidade penal e, principalmente, a sugerir meios preventivos para evitar a loucura e o crime.

Diante dos fatos e comentando a “lenda” Euclides da Cunha denomina como “uma queda formidável” o revés trágico que aconteceu na vida de Antônio Vicente Mendes Maciel:

“O plano inclinado daquela vida em declive termina, de golpe, em queda formidável (...) foi o desfecho. Fulminado de vergonha, o infeliz procura o recesso dos sertões, paragens desconhecidas, onde lhe não sabiam o nome: o abrigo da absoluta obscuridade” (Cunha, 1984, p. 109).

Como resultado das experiências trágicas vivenciadas por Antônio Vicente Mendes Maciel, tornou-se necessária uma ruptura com o mundo social no qual vivia, e, diante do sofrimento, da vergonha pela traição da mulher e da maldade da mãe, vê-se diante de uma saída de “mão única” ou seja, a de abandonar a sua sociedade original como um todo, “morrendo” sociologicamente para ela.

Agora deve-se passar para um estudo mais detalhado do processo de “renúncia”. Para tanto, o objetivo do próximo capítulo será o de analisar o tema, enfatizando suas características, assim como os constrangimentos morais por que passam os tipos que adotam esse modelo de vida. Isso será demonstrado através da passagem de Antônio Vicente Mendes Maciel para Antonio Conselheiro, passagem essa que se dá pelo “duro caminho da renúncia” e como observa Roberto DaMatta, “uma passagem para os extratos mais baixos da sociedade, uma “saída” da ordem, mas na direção das terras de ninguém” do sistema social (DaMatta, 1987, p. 322).